



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Cível - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Juízo Titular I - Vara Reg. Comp. Empresarial e Conflitos à Arbitragem Foro
Espec. 4ªe10ª RAJs

Avenida Francisco Xavier Arruda Camargo, 300, Bloco D, Sala 06 - Bairro: Jardim Santana - CEP: 13088653 - Fone: (19) 2101-3328 - Email: 4e10raj1vemp@tjsp.jus.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 4000197-18.2025.8.26.0354/SP

AUTOR: FSS PESCA COMERCIO LTDA (REPRESENTADO)

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de **pedido de recuperação judicial** ajuizado por **FSS Pesca Comércio Ltda.**, com fundamento nos arts. 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, alegando atravessar crise econômico-financeira decorrente, em síntese, de queda abrupta de faturamento, fatores climáticos adversos, rigidez das instituições financeiras na renegociação de contratos bancários e elevação de custos operacionais.

Aduz a requerente exercer regularmente suas atividades há mais de dois anos, atuar no segmento de comércio eletrônico de artigos de pesca e lazer, encontrar-se em atividade e possuir viabilidade econômica para superação da crise, pleiteando, assim, o deferimento do processamento da recuperação judicial, com a concessão do *stay period* e posterior apresentação de plano de recuperação.

A inicial foi instruída com documentos, tendo sido posteriormente **emendada em diversas oportunidades** (eventos 20, 29, 63 e 67), a fim de complementar a documentação exigida pelo art. 51 da Lei nº 11.101/2005.

Determinou-se a realização de **constatação prévia**, nos termos do art. 51-A da Lei nº 11.101/2005, sendo nomeada **Perita Judicial**, que apresentou **Laudo de Constatação Prévia** (evento 71), posteriormente complementado por manifestações adicionais (eventos 87 e correlatos).

O Perito concluiu, em síntese:

(i) pelo **cumprimento integral dos requisitos do art. 48** da Lei nº 11.101/2005;

(ii) pelo **cumprimento majoritário, ainda que com ressalvas formais, dos requisitos do art. 51** da LRF;

(iii) pela **existência de grupo econômico de fato** entre a requerente e a empresa **FSS Utilidades Comércio Ltda.**, com recomendação de consolidação substancial em caso de eventual deferimento; e



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Cível - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Juízo Titular I - Vara Reg. Comp. Empresarial e Conflitos à Arbitragem Foro
Espec. 4ª e 10ª RAJs

(iv) **pela inadequação do instituto da recuperação judicial ao caso concreto**, à luz do art. 47 da LRF, opinando, ao final, **pelo indeferimento do processamento**, por ausência de relevância coletiva, função social mitigada e risco concreto de agravamento da crise.

A requerente apresentou manifestação impugnando parcialmente o laudo (evento 78), reiterando o pedido de deferimento e sustentando que as exigências formais teriam sido sanadas.

É o relatório.

Decido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do art. 355, I, do CPC, uma vez que a controvérsia é eminentemente de direito e documental, sendo prescindível a dilação probatória.

1. Do atendimento formal aos requisitos dos arts. 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005

Conforme bem delineado pelo Perito Judicial, a requerente preenche os requisitos subjetivos previstos no art. 48 da Lei nº 11.101/2005, notadamente quanto ao exercício regular da atividade, inexistência de falência anterior, ausência de condenação por crimes falimentares e inexistência de recuperação judicial concedida nos últimos cinco anos.

Do mesmo modo, verifica-se que, após sucessivas emendas, a requerente logrou atender majoritariamente aos requisitos documentais do art. 51 da LRF, inclusive com a juntada de demonstrações contábeis, relação de credores, certidões e relatório de passivo fiscal, ainda que com ressalvas técnicas quanto à concatenação e consistência de determinados demonstrativos.

Todavia, o atendimento formal dos requisitos legais não confere, por si só, direito subjetivo ao processamento da recuperação judicial.

2. Da natureza excepcional da recuperação judicial e do art. 47 da LRF

A recuperação judicial não se presta a mero instrumento de renegociação individual de dívidas, tampouco constitui direito absoluto do devedor.



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Cível - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Juízo Titular I - Vara Reg. Comp. Empresarial e Conflitos à Arbitragem Foro
Espec. 4ªe10ª RAJs

Nos termos do art. 47 da Lei nº 11.101/2005, o instituto tem por finalidade viabilizar a superação da crise econômico-financeira com vistas à preservação da empresa enquanto ente dotado de função social, voltada à manutenção da fonte produtora, dos empregos e dos interesses coletivos dos credores.

A interpretação sistemática da LRF impõe ao julgador não apenas a análise formal dos requisitos, mas também a verificação da adequação do procedimento recuperacional ao caso concreto, sob pena de banalização do instituto e uso distorcido do Poder Judiciário como mecanismo de blindagem patrimonial.

3. Do caso concreto: ausência de função social relevante e inadequação do rito coletivo

No caso dos autos, ainda que se reconheça a existência de atividade empresarial em curso, conforme constatado em vistoria *in loco*, os elementos probatórios revelam um quadro que não se amolda à finalidade coletiva da recuperação judicial, pelas seguintes razões, devidamente demonstradas pelo Administrador Judicial:

3.1. Estrutura empresarial diminuta e estritamente familiar

A própria requerente admite que não possui empregados, sendo toda a operação conduzida exclusivamente pelos sócios.

Embora a ausência de empregados, por si só, não impeça o acesso à recuperação judicial, tal circunstância esvazia significativamente um dos pilares centrais da função social prevista no art. 47 da LRF, qual seja, a preservação de postos de trabalho.

3.2. Passivo exíguo e concentrado

O passivo declarado encontra-se concentrado em apenas três credores bancários, caracterizando relação essencialmente bilateral ou trilateral, incompatível com a lógica de um procedimento coletivo, complexo e oneroso como a recuperação judicial.

A jurisprudência e a doutrina majoritária são firmes no sentido de que a recuperação judicial não deve ser utilizada como substitutivo de negociações civis ou bancárias, especialmente quando ausente pluralidade relevante de credores.

3.3. Interesse preponderante no *stay period*

A leitura da inicial e das manifestações subsequentes evidencia que o interesse central da requerente reside na suspensão das execuções e no parcelamento das dívidas bancárias, o que, isoladamente, não legitima a instauração do regime recuperacional.



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Cível - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Juízo Titular I - Vara Reg. Comp. Empresarial e Conflitos à Arbitragem Foro
Espec. 4ª e 10ª RAJs

O *stay period* não constitui fim em si mesmo, mas instrumento acessório de um processo que pressupõe viabilidade, relevância social e efetiva reestruturação empresarial.

3.4. Inconsistência das projeções de retomada

Conforme análise técnica dos DREs juntados, não se confirmou a expectativa de retomada sazonal das vendas nos meses indicados pela própria requerente, inexistindo previsibilidade concreta de fluxo de caixa capaz de sustentar um Plano de Recuperação Judicial viável.

Tal cenário, longe de recomendar o deferimento, acentua o risco de convalidação em falência, caso o plano venha a ser rejeitado ou descumprido.

4. Da existência de grupo econômico

Reconhece-se, como bem apontado pelo Administrador Judicial e admitido pela própria requerente, a existência de grupo econômico de fato entre FSS Pesca Comércio Ltda. e FSS Utilidades Comércio Ltda.

Todavia, a mera existência de grupo econômico não tem o condão de, por si só, tornar adequada a recuperação judicial, sobretudo quando a própria perícia aponta que o custo transacional do procedimento pode se mostrar insuportável às empresas envolvidas.

Assim, diante do conjunto probatório, conclui-se que, não obstante o atendimento formal dos requisitos legais, o pedido não atende à finalidade material da recuperação judicial, prevista no art. 47 da Lei nº 11.101/2005.

O deferimento, no caso concreto, mais se aproxima de medida potencialmente prejudicial à própria requerente e ao sistema jurídico, do que de instrumento efetivo de soerguimento empresarial.

Por fim, considerando a efetiva atuação da Administradora Judicial na realização da constatação prévia, com apresentação de laudo técnico detalhado e manifestações complementares, mostra-se necessária a fixação de sua remuneração, nos termos do art. 24 da Lei nº 11.101/2005, razão pela qual deverá a expert apresentar estimativa de honorários, a ser oportunamente apreciada por este Juízo.



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Cível - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Juízo Titular I - Vara Reg. Comp. Empresarial e Conflitos à Arbitragem Foro
Espec. 4ª e 10ª RAJs

Ante o exposto, INDEFIRO o processamento da recuperação judicial requerida por FSS PESCA COMÉRCIO LTDA., com fundamento nos arts. 47 e 51-A, §6º, da Lei nº 11.101/2005.

Em consequência, determino a extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, do CPC.

Considerando a efetiva atuação da Administradora Judicial na fase de constatação prévia, **INTIME-SE a AWA Administração Judicial Ltda. para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente estimativa detalhada de honorários periciais**, nos termos do art. 24 da Lei nº 11.101/2005, para posterior apreciação e fixação por este Juízo.

Não há condenação em honorários advocatícios, diante da inexistência de parte adversa constituída nesta fase processual.

Ressalte-se que eventuais embargos de declaração manifestamente protelatórios estarão sujeitos à multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Documento eletrônico assinado por **JOSE GUILHERME DI RIENZO MARREY**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsp.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **610008065683v3** e do código CRC **923a5c71**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): JOSE GUILHERME DI RIENZO MARREY

Data e Hora: 16/04/2026, às 13:23:37

4000197-18.2025.8.26.0354

610008065683 .V3